

A CICKPA CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

SOLIDARIEDADE COM A CATALUNHA



UNIFICAÇÃO DO CIT E DA IZQUIERDA REVOLUCIONARIA P2

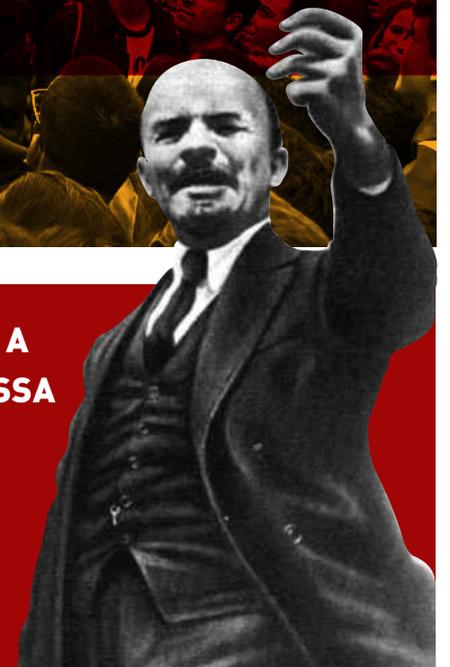
PELA REPÚBLICA SOCIALISTA DA CATALUNHA P3

ENTREVISTA A PETER TAAFFE P4

UMA CIDADE PARA OS TRABALHADORES P6

**CEM ANOS APÓS A
REVOLUÇÃO RUSSA
DE OUTUBRO DE
1917**

Quando a Classe
Trabalhadora Tomou
o Poder. P8



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.

A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.

O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.

Subsídios de desemprego, pensões e reformas ao nível do SMN.

Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos recibos verdes e contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.

Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população capaz de trabalhar, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.

Um plano nacional de habitação que exproprie toda a propriedade abandonada e vise distribuir equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.

O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto totalmente gratuitos.

A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.

Por uma educação que privilegie um modelo de avaliação contínua e que garanta o acompanhamento adaptado às necessidades dos estudantes e a dignidade dos trabalhadores do ensino.

Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas e lavandarias.

O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao salário médio dos

trabalhadores representados.

Uma economia sustentável!

A nacionalização, sob gestão democrática dos trabalhadores, de toda a produção de energia.

A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.

O investimento público para uma transição de combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

Atribuição da nacionalidade portuguesa a todos os imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para todos os trabalhadores.

O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!

Educação sexual não discriminatória nas escolas a partir do ensino primário.

A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contraceção disponíveis.

Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.

Um fim da superlotação das prisões com a libertação imediata de todos os prisioneiros condenados por crimes não-violentos.

O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como um direito básico também para os prisioneiros. Direitos sociais e políticos completos para ex-prisioneiros.

O socialismo e o internacionalismo!

O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.

A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!

Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.



Momento de votação para a unificação da Izquierda Revolucionaria com o CIT na Escola de Verão do CIT, que decorreu na semana de 16 a 23 de Agosto de 2017 em Barcelona. Foto Socialismo Revolucionário.

UNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Luís Sombreireiro

Reencontro e discussão com a Izquierda Revolucionaria

A Izquierda Revolucionaria (IR) é uma organização trotskista presente no Estado espanhol, México e Venezuela. É a secção original do CIT no Estado espanhol que se tinha separado no início dos anos 1990 e responsável pela fundação, em 1986, do Sindicato de Estudantes, uma organização estudantil socialista que une a luta dos estudantes com luta da classe trabalhadora, organizando os estudantes através de uma frente única com as organizações dos trabalhadores, mobilizando ao longo dos últimos 30 anos milhões de jovens de classe trabalhadora na defesa do direito à educação.

O processo de unificação começou em 2016 com o começo de um diálogo político no qual existiu à partida um acordo geral de linha política e do método de construção da organização revolucionária. Desde então que as nossas organizações mantiveram um contacto regular e uma colaboração prática. Foram partilhados documentos e artigos chave, discutidos pelos militantes nas várias secções, membros do CIT foram convidados a participar em várias reuniões e mesmo no congresso da IR, e vice-versa. O processo culminou numa sessão pública em Barcelona e no Congresso de 22 de Julho, onde se consumou a histórica unificação das organizações.

O Congresso

As secções nacionais do CIT e da IR elegeram delegados que no congresso aprovaram, por unanimidade, a unificação. Isto implica, na prática, que passamos a ser uma só organização. Nos países em que ambos a IR e o CIT estão presentes, passa a haver uma só secção, maior e mais combativa. Existe também a incorporação de dirigentes políticos da IR do Estado espanhol, da Venezuela e do México no Comité Executivo Internacional do CIT. Foi escrito um documento de unificação, do qual passamos a citar o último ponto:

“O Comité por uma Internacional dos Trabalhadores, em conjunto com os nossos novos camaradas da IR, é uma força marxista internacional com uma base real entre os trabalhadores e a juventude em vários países-chave. No entanto, não fazemos nenhuma tentativa de nos proclamarmos “A” Internacional revolucionária de massas da classe trabalhadora. Almejamos desempenhar um papel fundamental como uma força central na construção de uma tal internacional, em conjunto com muitos outros que estão actualmente fora das nossas fileiras. Apelamos a todos os revolucionários que encaram seriamente a necessidade de uma unidade de princípios baseada no marxismo, para que se envolvam em discussões e debates acerca da melhor maneira de construir uma internacional apta a liderar a próxima revolução mundial.”



socialismohoje.wordpress.com
socialismo.revolucionario.cit@gmail.com
/socialismorevolucionariocit

CATALUNHA: SÓ A CLASSE TRABALHADORA PODE CONQUISTAR A INDEPENDÊNCIA

Pela República Socialista da Catalunha

Nove dias após o referendo e a vitória retumbante do “Sim” à independência, Carles Puigdemont, presidente da Generalitat de Catalunya — o governo autónomo —, realizou uma manobra política sem precedentes: declarou uma independência suspensa. Haverá maior demonstração da impotência do independentismo burguês?

A contraditória posição do PDeCAT

A ambiguidade de Puigdemont e do seu partido, o PDeCAT, é o reflexo da posição profundamente contraditória em que se encontram os representantes políticos da burguesia na Catalunha. Estes políticos usaram durante anos, da forma mais hipócrita, o sentimento independentista catalão para tentar suspender a luta de classes em nome de um grande interesse nacional capaz de unir patrões e trabalhadores. Foi com este instrumento político que a direita manteve o poder enquanto aplicava as mais impopulares medidas neoliberais de cortes a salários, pensões e serviços públicos na Catalunha, além de ter repetidos escândalos de corrupção.

De facto, a existência do PDeCAT é indispensável para a aplicação da austeridade na região. Ao mesmo tempo, cedências a um crescente sentimento independentista tornaram-se igualmente indispensáveis à existência do PDeCAT. Hoje, se trair o independentismo, o partido implode.

Dez anos de crise económica, no entanto, tiveram o seu reflexo político. A classe trabalhadora na Catalunha olha cada vez mais para a independência como uma forma de conquistar melhores condições de vida e atrai para a sua posição as camadas médias empobrecidas, gerando um poderoso movimento popular que se traduziu num fortalecimento da CUP (Candidatura d’Unitat Popular), partido independentista da esquerda. Na verdade, foi um acordo com a CUP que permitiu a Puigdemont formar

governo. A pressão das massas da Catalunha sobre o PDeCAT é, por estes motivos, imensa. É, aliás, esta pressão que explica a própria convocação do referendo de dia 1 de Outubro.

O presidente da Generalitat não pode dispensar o apoio da sua base social independentista e da própria CUP, mas também não pode entrar em guerra com a classe que representa, a capitalista, e que se opõe absolutamente à independência. Para se livrar da responsabilidade de trair o movimento popular independentista só lhe resta implorar pelas mais morosas negociações com o governo PP e, claro, pelo maior número possível de mediadores internacionais, preferencialmente instituições europeias.

Assim se explica que esta patética figura declare a independência no mesmo fôlego em que a suspende. Puigdemont deseja suspender a luta de classes e a própria História.

O referendo abriu uma situação pré-revolucionária

Só a classe trabalhadora pode terminar o que Puigdemont começou. A conquista da independência só é possível contra a burguesia e com a acção das massas. Isto foi por demais evidente durante o referendo de dia 1 de Outubro, quando o governo foi absolutamente incapaz de garantir o funcionamento das urnas sob a violência da Guardia Civil — polícia do Estado Espanhol. Puigdemont tão somente soltou débeis apelos à paz.

O referendo realizou-se porque a classe trabalhadora ordenou. Os estivadores pararam o porto de Barcelona para impedir que a Guardia Civil atracasse. Agricultores bloquearam estradas com tractores, dificultando ao máximo a mobilidade dos veículos da polícia. Bombeiros mobilizaram-se massivamente e formaram cordões de segurança em locais de voto. E o mais importante: a classe trabalhadora criou os seus próprios órgãos de poder. Estes órgãos foram chamados Comitès de Defensa del Referèndum (CDR), e alguns funcionaram sob o nome

de comités de defesa de bairro. Nasceram espontaneamente, foram apoiados pela CUP e chegaram a atrair até mesmo alguns membros da juventude do PDeCAT.

Com os CDR, a classe trabalhadora foi muito além do referendo e deu um passo em direcção ao socialismo. Seguiu-se a greve geral de dia 3 de Outubro, outra retumbante vitória. A Catalunha foi paralisada. A burguesia de todo o Estado Espanhol tremeu de terror. Abriu-se, com este processo, um período pré-revolucionário que merece a maior atenção de todos os socialistas.

A reacção espanhola

A resposta da burguesia ao referendo não foi apenas as bastonadas e pontapés da Guardia Civil, ou o envio de destacamentos do exército para a Catalunha. Também a *medía* burguesa insulta os trabalhadores catalães com cada “notícia” e cada artigo de “opinião”. E tal como aconteceu após a eleição do Syriza na Grécia, o grande capital foge da Catalunha o mais rápido que pode, tornando claro onde está o seu voto em matéria de independência: no lucro. Foi assim com o Banco Sabadell, com o CaixaBank, o Grupo Planeta, a eDreams, Catalana Occidente e outras empresas que já mudaram as suas sedes para fora da Catalunha. E nenhum político burguês colocará em causa a propriedade privada, só a classe trabalhadora pode tomar o controlo destas empresas e impedir a fuga de capitais.

Mesmo a liderança do PSOE, a mão esquerda da burguesia, depois de muito vacilar, garantiu vergonhosamente que apoiará o PP no parlamento caso este avance com o artigo 155 da constituição de 1978. O que isto significa é a suspensão da autonomia e de todos os direitos democráticos conquistados na Catalunha.

Mas nem tudo é tão coeso quanto parece entre os nossos inimigos. O aparelho de Estado mostra as primeiras fracturas. Rajoy e o seu executivo são criticados pelo sector mais conservador da classe dominante

por não terem ainda activado o artigo 155. O chefe dos Mossos d’Esquadra, a polícia na Catalunha, vai ainda a julgamento por sedição, depois de os crescentemente politizados Mossos facilitarem a realização do referendo.

Estes são também elementos que apontam para o eclodir de uma situação revolucionária em breve: a abertura de conflitos internos na classe dominante e a perda de controlo sobre parte dos órgãos repressivos do Estado.

O caminho para uma República Socialista da Catalunha

As direcções da CUP e da ERC parecem incapazes de romper com o PDeCAT. Enquanto isso, as restantes direcções da esquerda reformista recuam e condenam uma possível declaração unilateral de independência, insistindo na necessidade de negociar com o mesmo governo que condena trabalhadores à miséria e os impede de exercer o seu direito à auto-determinação.

Mas em todas as organizações de esquerda e de trabalhadores de todo o Estado Espanhol há trabalhadores que não se contentarão com a continuação dos ataques à sua classe e com uma “independência” suspensa. É preciso avançar para a greve geral em todo o território espanhol a exigir a queda do governo PP como paga pela repressão selvática de dia 1 de Outubro. É preciso reactivar os CDR, fortalecê-los e multiplicá-los em comités de fábrica, de empresa, de escola, de faculdade e todo o tipo de organizações de trabalhadores e jovens.

À data a que terminamos de redigir este editorial, já é óbvio que se tornará desactualizado no espaço de 24 horas. Tal é a velocidade dos acontecimentos na Catalunha, que desde Portugal são atentamente seguidos.

O Socialismo Revolucionário declara toda a sua solidariedade com os trabalhadores da Catalunha que lutam pelo seu direito à auto-determinação, e entre os quais se incluem os nossos próprios camaradas da Esquerda Revolucionária.

UMA HISTÓRIA DO CIT

ENTREVISTA A PETER TAAFFE

Durante a Escola de Verão do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT) de 2017, que culminou no Congresso de Unificação entre o CIT e a Izquierda Revolucionaria (IR), Gonçalo Romeiro, d'A Centelha, entrevistou Peter Taafe, secretário-geral do *Socialist Party of England and Wales* (SP), a secção inglesa e galesa do CIT, para falar da unificação.

A Centelha: Gostava de começar por uma breve história da origem do *Militant* (antecessor do SP) e da sua expansão internacional, em particular para o Estado Espanhol.

Peter Taafe: Não tínhamos mais de 40 pessoas quando fundámos o *Militant*, em 1964, e até quando não tínhamos ainda um único camarada fora de Inglaterra e Gales, já tínhamos uma perspectiva internacional — porque o trotskismo, o marxismo, ou é internacional ou é nada. Não há uma única luta, em nenhum país, que esteja separada das lutas da classe trabalhadora à escala mundial. Isso é o essencial do marxismo.

A I Internacional foi a primeira experiência de união da classe trabalhadora a nível mundial e teve um efeito incrível. Depois houve a II Internacional, que desenvolveu partidos de massas sob a égide do marxismo — partidos esses que tiveram um enorme papel na educação de milhões de trabalhadores nas ideias base do socialismo e da revolução. A III Internacional foi fundada por Lenin e Trotsky para ser uma ferramenta para a revolução mundial, e desempenhou um papel importante sob a sua liderança. Quando esta colapsou através da degeneração estalinista, Trotsky começou a organizar o movimento para a construção da IV Internacional nas vésperas da II Guerra Mundial, na expectativa de que uma onda revolucionária se iria desenvolver e que dela surgiriam partidos de massas sob a influência do marxismo.

Esse é o pano de fundo sob o qual organizámos as nossas forças. Com 40 pessoas é preciso decidir onde trabalhar e como trabalhar. Na época [anos 60], o Partido Trabalhista era o partido de massas dos trabalhadores mas com uma liderança pró-burguesa. Apesar disso, a sua base reflectia a classe trabalhadora. Concentrámo-nos na juventude, no *Labour Party Young Socialists* (LPYS). Ganhámos a maioria na juventude, conquistando todas as posições do Comité Nacional, tínhamos uma grande influência em Liverpool e noutras cidades mas, mesmo nessa altura, mesmo quando estávamos a construir a nossa base, desenvolvemo-nos internacionalmente. Por exemplo, visitei a Irlanda em 1968, e dessa visita recrutámos os primeiros camaradas que se tornaram a base da secção irlandesa do CIT. Depois chegámos à Suécia através de camaradas que conhecemos na União

Internacional de Juventudes Socialistas (UIJS). Hoje temos mais de 40 secções do CIT e é neste contexto que a unificação está a ter lugar.

AC: Podes falar um pouco sobre como o CIT começou a construir, no sul da Europa, num tempo em que este era dominado por ditaduras (o regime franquista no Estado espanhol, o salazarismo em Portugal e a ditadura dos coronéis na Grécia)?

PT: Não nos limitávamos a ter uma perspectiva internacional, tínhamos também uma orientação de construir uma Internacional e aproveitávamos todas as oportunidades para o fazer. Numa conferência do LPYS conhecemos um camarada do Estado Espanhol que pertencia ao *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), na altura, uma organização clandestina. Ganhámo-lo para o marxismo e começámos a colaborar na construção de uma organização revolucionária. Era um trabalho que não podia ser declarado abertamente,

devido ao regime policial dentro da social-democracia.

Quando a Revolução Portuguesa, aparentemente do nada, eclodiu em 1974, nós previmos que novos partidos de massas socialistas se iriam desenvolver e imediatamente enviámos camaradas para Portugal. Infelizmente, não tivemos muito sucesso, devido à velocidade e dinâmica particular com que se desenvolveu a revolução. Tivemos mais sucesso no Estado Espanhol dado o carácter prolongado do movimento, no entanto, sempre acompanhámos a Revolução Portuguesa de perto, escrevemos análises tentando entender todo o processo.

Na Grécia sabíamos que uma erupção contra os Coronéis estava próxima. Dissemos que também na Grécia novos partidos de massas iriam surgir devido à entrada em cena de novas camadas da classe trabalhadora e da juventude. Conhecemos um camarada grego em Inglaterra que foi a uma reunião nossa, ele colocou-nos em contacto com um grupo na Grécia com



Peter Taafe a discursar no Comitio Internacional "100 anos da Revolução Russa" a 19 de Julho de 2017 em Barcelona. O camarada Victor Taiho, Izquierda Revolucionaria, faz a tradução no momento. Foto de Natália Medina

o qual discutimos, convencendo-o das nossas posições. Eles tinham contacto com um segundo grupo, que também convencemos, fundindo as organizações. Apesar dos vários problemas que surgiram dessa situação, desenvolvemos uma organização poderosa. Na altura havia um fervor revolucionário na Grécia, como havia em Portugal, por razões distintas, graças ao regime repressivo dos coronéis, da prisão de trabalhadores e da guerra civil grega.

Foi assim que desenvolvemos a primeira base no sul da Europa. Muito rapidamente ganhámos posições importantes entre a juventude no Estado Espanhol a uma escala de massas com o movimento de 1987, do qual surge o Sindicato de Estudiantes.

AC: A questão que gostaria de colocar agora remete para a cisão com a Corrente Marxista Internacionalista (CMI) no Estado Espanhol.

PT: Durante as décadas de 1970 e 1980 o crescimento do *Militant* e das outras secções do CIT foi genericamente ascendente. Foi um período favorável ao qual a crise capitalista de 1973-75 deu um impulso ainda maior. No entanto, no final dos anos '80, o avanço do neoliberalismo, que se desenvolveu organicamente após as derrotas das revoluções chilena e portuguesa e da transição espanhola — onde não foi possível tomar o poder e construir Estados Operários graças aos erros e traições da social-democracia e do estalinismo —, inaugurou um novo período, o período da maior crise histórica da esquerda mundial.

Uma diferença de leitura desenvolveu-se então no seio do CIT. Pessoas como Ted Grant, um dos fundadores do *Militant* e do CIT, e Alan Woods, dirigente internacional, fizeram uma falsa análise da questão do estalinismo. Podíamos ver que este estava a colapsar e que não existiam forças entre a classe trabalhadora capazes de mobilizar o que estava a começar como uma revolução política na direcção de uma genuína democracia operária. O

primeiro sinal deu-se na Polónia, em 1985, depois do esmagamento do movimento *Solidarity*. Quando Thatcher visitou a Polónia, foi recebida nas ruas como um messias. Isso foi uma indicação de como a situação se estava a desenrolar.

No debate com os camaradas no Estado Espanhol, que inicialmente apoiaram Alan Woods, a nossa análise foi bloqueada — nenhum documento foi traduzido — e um mito foi criado à volta da nossa posição. Tentámos ultrapassar o

“NÃO HÁ UMA ÚNICA LUTA, EM NENHUM PAÍS, QUE ESTEJA SEPARADA DAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA À ESCALA MUNDIAL. ISSO É O ESSENCIAL DO MARXISMO.”

obstáculo, mas era muito difícil de o fazer de Inglaterra, sem forças no terreno. Eles isolaram-se, continuaram no Estado Espanhol, tinham algumas forças em Itália e noutros lugares, mas ficaram com muito pouco.

Anos mais tarde, os camaradas da IR entraram em colisão com Alan Woods na questão nacional do País Basco, na qual ele adoptou uma posição completamente falsa. Ele também queria (como em Inglaterra) que voltassem costas ao trabalho de massas, isso levou-os a cindir com Woods. Começaram então a examinar, gradualmente, a sua história, voltaram atrás e leram os nossos documentos — que estão, na totalidade, públicos no nosso website. Depois de os lerem, reunimo-nos em Inglaterra e tivemos discussões muito proveitosas, admitindo nessa discussão alguns erros. Como resultado disso, o processo foi muito equilibrado, conhecemo-nos e discutimos todos os temas: as perspectivas mundiais, as perspectivas europeias, a questão do entrismo, a questão do trabalho aberto, etc. Sem dúvida que haverão debates e discussões no futuro em relação a estes temas, mas foi incrível para nós o nível de acordo que tínhamos e isso é um grande testemunho para os camaradas da IR. Eles chegaram a estas posições de forma independente partindo de uma posição diferente e, nesse sentido, de uma forma

muito mais sólida do que pessoas que apenas concordam com elas.

AC: Já comentaste o processo de discussão e fusão, a última questão que gostaria de colocar é no contexto do período que vivemos, de mudanças bruscas após o começo da crise mundial, de descontentamento massivo e explosões sociais depois de 2010, e o período de revolução e contra-revolução que temos explicado [nos nossos documentos].

O que significa esta unificação não só para o CIT mas para os revolucionários em geral, que buscam respostas, que testam as suas ideias num processo de balanço e reorganização? O que significa para o movimento da classe trabalhadora em geral, na perspectiva de eventos futuros que certamente trarão as massas para a dianteira, para a acção de massas, para processos revolucionários?

PT: Em primeiro lugar, é um passo muito importante para o CIT. Não se trata de uma fusão oportunista onde as diferenças são escondidas: há um acordo geral nas perspectivas e também um acordo concreto nas questões tácticas e organizativas que daí advêm. Em segundo lugar, envia um sinal a todos os marxistas e trotskistas em diferentes organizações e sem organização o seguinte: é possível uma unificação séria entre trotskistas. De acordo com os nossos adversários, apenas nos cindiríamos *ad eternum*. Não. Trotsky tentou frequentemente unir as forças do marxismo genuíno, que é o que esta unificação representa, e irá enviar um sinal para todas as pessoas que estão a avaliar a situação, marxistas ou não. A maioria das forças para construir uma internacional de massas virão de forças sociais e políticas que não se encontram sob o estandarte do marxismo e do trotskismo, organizações de trabalhadores genuínas irão desenvolver-se

pela luta.

Haverá uma camada muito importante da juventude e dos velhos quadros da classe trabalhadora que irá ver o sucesso desta fusão e irá tirar conclusões daí: “esta é a organização com quem discutir”, “esta é a organização com a qual colaborar”, “esta é a organização que não se limita a falar bonito, mas actua em solidariedade internacional, independentemente da dimensão da luta”. Quando o Estado irlandês iniciou a perseguição política do movimento contra as taxas da água, ameaçando de prisão os nossos camaradas, mobilizámos uma campanha internacional. Fizemos o mesmo em relação ao Estado Espanhol com a greve estudantil, sendo este um dos factores que os convenceu de que esta era uma verdadeira Internacional, não apenas uma caixa postal emitindo resoluções beatas como a II Internacional ou como algumas das auto-proclamadas quartas internacionais, que são grupos de discussão internacional que não tiram conclusões sobre intervir e construir as forças genuínas do marxismo, chegando a desistir da ideia de construir forças de massas e a organização revolucionária. Nós não. É algo que permanece tão válido hoje como quando Trotsky lançou a ideia da IV Internacional.

AC: Muito obrigado Peter, todos esperamos com grande expectativa o Congresso de Unificação no final da semana. Esperamos que isso envie uma mensagem poderosa a todos os revolucionários, a toda a juventude que procura uma saída do capitalismo, um fim ao trabalho precário e à falta de perspectivas para o futuro. Estou certo que o Comício [do centenário da Revolução Russa] ontem já se está a espalhar na internet e já está a ter um efeito poderoso sob muitos camaradas e futuros camaradas. Continuaremos a construir a Internacional.

PT: Boa sorte em Portugal! Quer dizer... vocês não precisavam de sorte, vocês têm um programa.

UMA CIDADE PARA OS TRABALHADORES

João Reberti & Jorge Branco

Apesar da organização do trabalho, a organização da habitação é, para os trabalhadores, um dos aspectos mais importantes de qualquer cidade. Os planos de ordenamento municipal e a sofreguidão capitalista do lucro moldam os espaços onde vivemos e, por isso, as nossas vidas. A relação entre centro e periferia define a vida daqueles que têm pleno acesso à cidade e daqueles que apenas trabalham na cidade. Um exemplo evidente é o estado actual dos transportes. Através da localização das estações e dos horários em que estas operam, os trabalhadores e as suas famílias são condicionados no acesso à cidade.

Ainda nos anos '60, viveu-se em Lisboa um processo de industrialização que teve como um de vários efeitos o surgimento de bairros operários nas imediações dessas zonas industriais. Nestes bairros habitavam dezenas de milhares de pessoas que, até à Revolução Portuguesa, se encontravam numa situação de profunda marginalização. A pressão imobiliária, isto é, a valorização dos terrenos com a especulação, fez com que esses bairros sofressem paulatinamente processos de realojamento. Um realojamento que tinha apenas um factor em consideração: a localização. De preferência, os trabalhadores e pobres eram enviados para longe dos centros urbanos.

Mas a cidade foi crescendo. O que era antes periferia é hoje centro apetecível para a burguesia e para os seus investimentos. Num período de taxas de lucro baixas, a corrida à habitação, casas e terrenos, é uma corrida que apenas pode ter como meta um cenário semelhante ao da crise de 2007/08, que começou com os defaults dos bancos norte-americanos que se encontravam afogados em dívida mal-parada — ou seja, não paga — contraída para adquirir habitação.

Como o acesso ao crédito



Moradores na Mouraria, Lisboa, protestam os despejos, 2017. Fotos de Socialismo Revolucionário.

tem sofrido constrangimentos, pelo menos para a maior parte da classe trabalhadora, a situação actual é de inflação de rendas nas principais cidades portuguesas e europeias. Este aumento generalizado das rendas tem a ver com o facto de o capital não encontrar lugar onde ser investido lucrativamente, redireccionando-se para o mercado da habitação onde os grandes grupos financeiros conseguem adquirir propriedade como forma de activo, forçando a especulação. Esse imóvel pode ainda ser reorientado para efeitos que não o da habitação, como o do alojamento local ou de luxo, por exemplo, casa de férias. Isto faz diminuir a oferta de habitação nas cidades que são concorridas quer por turistas, quer por trabalhadores, facilitando aos pequenos e grandes proprietários de imóveis o aumento das rendas.

Trata-se, evidentemente, de uma forma de desenhar a cidade através do acesso à habitação, definindo-se quem pode

ou não morar no centro. O resultado é que, sendo o dinheiro o critério, predominam as casas de férias, vazias durante a maior parte do tempo, os hotéis e alojamento local por toda a cidade. O trabalhador, agora expulso para a periferia, perde mais tempo da sua vida na deslocação sem ganhos, muitas vezes pagando a diferença das rendas em transportes, ficando numa zona de menor acesso a serviços públicos, à cultura e ao lazer.

Engels e a questão da habitação nos anos 70 do séc. XIX

Friedrich Engels teve a sorte de poder testemunhar o primeiro ciclo de industrialização alemã, em todas as suas dimensões, inclusive a habitacional.

Os primeiros bairros operários começavam a ser construídos na Alemanha, um país recentemente unificado. Os massivos fluxos de capital em direcção ao país promoveram a construção de enormes centros industriais que, claro está,

precisavam da classe trabalhadora próxima de si. Não havia transportes como hoje. A maior parte destes operários provinha do meio rural, cujas camadas intermédias — pequenos artesãos e pequenos agricultores — não conseguiam acompanhar o aumento de produtividade da grande indústria nem os aumentos de impostos de um Estado em formação. A pressão derivada da relação campo/cidade levou a que monstruosidades fossem erigidas como habitação para os operários: sem condições de higiene, sem luz solar, muitas vezes sobrelotadas. Naturalmente, a maior parte das vezes, os senhorios destas casas eram os próprios industriais, garantindo assim outra receita corrente. Controlavam assim a vida do trabalhador por inteiro, a parte dedicada ao trabalho e a parte dedicada ao lazer.

A questão da habitação ganhou um novo fôlego com o desenrolar do séc. XIX, devido à sua premência no desenvolvimento da sociedade burguesa.

sa. Como de costume, as duas principais posições na altura eram as que derivavam ou da pequena-burguesia, nomeadamente na visão de Proudhon, ou mesmo da burguesia.

Para a escola Proudhoniana a questão da habitação resolvia-se com a proibição por decreto do arrendamento e da aplicação dos juros. Mas antes de mais é imperativo entender qual é o objectivo Proudhoniano: que todos sejam donos da sua própria casa. Engels ridiculariza a posição, pois encara-a como uma tentativa de voltar atrás no tempo. Voltar atrás a um ponto onde as pessoas vivem presas à sua casa, como o estavam antes à sua terra. Para Engels, a condição de proletário, isto é, sem propriedade, é transversal e subjacente ao seu papel revolucionário. É esta condição que lhe permite escapar do atraso do campo e, com isso, a todas as suas superstições e mundividências.

É impossível conceber um mundo onde todos fossem donos da sua habitação sem prestar contas à comunidade. E como chegar a esse ponto? Quais seriam os processos? Proudhon sugere uma fixação das taxas de juro do capital em 1% e o seu contínuo decréscimo. Primeiro assume que as leis do mercado se dobram perante a lei jurídica — num caso desses, deixaria de haver investimento. Depois, assume que o problema da habitação, as suas rendas e juros, podem ser atacados somente pela questão da propriedade-casa. Imaginemos então que de facto convencemos o proprietário a vender a sua casa ao inquilino — ao longo de 20/30 anos o inquilino paga uma renda ao senhorio e no final fica com a casa. Primeiro, como é que, nos dias que correm, seria possível estar 20/30 anos no mesmo bairro, quanto mais na mesma cidade? Segundo, é comum partilhar casa. Como seria a repartição da propriedade? Terceiro, as casas abandonadas, senhoriais, da burguesia, passariam incólumes. Acrescente-se que essa lei só iria redistribuir e reorganizar o lucro — mais-valia realizada — pelos restantes sectores da burguesia. Isto tudo, se conse-

guíssemos aplicar essa lei, o que dificilmente seria possível sem arrancar o poder às mãos da burguesia.

Sobre a perspectiva da burguesia não há muito a dizer. Ela parte de uma intenção que é elevar as camadas baixas à condição das camadas altas, não parando um momento para considerar a relação entre as mesmas, a sua contradição fundamental, na forma da contradição capital-trabalho. Apenas a ingenuidade ou a cegueira voluntária podem fazer alguém crer ser possível elevar todos os proletários à condição de burgueses, todos os trabalhadores à condição de patrões.

Ainda assim a burguesia fez um inestimável trabalho, através das suas fundações, de recolha de dados e análise que demonstram o problema da habitação: taxas de mortalidade, taxas de mortalidade infantil, prevalência e incidência de doenças, crises epidémicas, etc. Porque o problema passa a ser seu no momento em que o “campo” vem para a “cidade”. Essas doenças não conhecem fronteiras de classes, ainda que conheçam as fronteiras médicas e de higiene que essas classes conseguem transpor. Mas a burguesia não tem solução para o problema da habitação, nem a curto nem a médio prazo, a engrenagem do capitalismo é inexorável e caótica, fará de tudo para obter lucro em detrimento das vidas humanas que tiver que tolher.

A questão da habitação hoje (e na revolução portuguesa)

Uma das vantagens do materialismo dialético é de procurar sempre entender as tendências e os processos históricos da luta de classes que se cristalizaram de diferentes formas na estrutura jurídico-política do Estado. Durante a revolução portuguesa, num período de suspensão das leis imemorais que regem a propriedade, os trabalhadores que habitavam em barracas passaram a ocupar casas vazias. Comissões de moradores foram criadas para gerir a habitação colectivamente, tendo em conta as capacidades e

necessidades de cada um, de cada família. Isto deu-se como fruto da necessidade.

Hoje em dia essas comissões de moradores não existem ou têm objectivos muito tímidos. No entanto, é compreensível que num ascenso revolucionário o avanço de consciência forçasse as que existem a adoptar medidas mais avançadas ou a ser subs-

“COMISSÕES DE MORADORES FORAM CRIADAS PARA GERIR A HABITAÇÃO COLECTIVAMENTE, TENDO EM CONTA AS CAPACIDADES E NECESSIDADES DE CADA UM, DE CADA FAMÍLIA. ISTO DEU-SE FRUTO DA NECESSIDADE.”

tituídas por novos órgãos democráticos dos moradores.

É sobre essa base, a da organização dos trabalhadores e moradores, que o SR propõe o seu programa. Entendemos que é impossível influenciar o mercado de forma determinante através de leis, sejam elas tectos de renda, limites nas taxas de juro, limites à especulação, à concentração de propriedade, etc. Para o Socialismo Revolucionário só o rompimento com o sistema capitalista alicerçado na propriedade privada pode dar lugar a uma sociedade onde a palavra de ordem “Nem casas sem pessoas, nem pessoas sem casa” seja realidade. Não é, no entanto, por isso que deixaremos de nos bater por medidas que façam avançar tanto a condição material dos trabalhadores como a sua consciência. A bolsa de arrendamento, defendida quer pelo BE como pela CDU nas eleições autárquicas faria, se realizada, avançar a qualidade de vida dos trabalhadores em Lisboa. Mas não colocará em causa o sistema nem a propriedade privada. Traz para sua responsabilidade a facilitação à habitação através dos seus imóveis, que, entenda-se, não é menos do que a sua obrigação. Todavia, não tocará nos lucros dos senhorios e dos grandes fundos imobiliários — para não falar da Santa Casa da Misericórdia, uma das maiores proprietárias de imóveis em Lisboa — que continuarão a especular os seus preços, contribuindo para a próxima bolha e para a degradação da qualidade de vida de quem trabalha e quer viver

na cidade.

É por isso que defendemos o controlo de rendas por órgãos democráticos de moradores; a expropriação de toda a propriedade abandonada, com a consequente restauração e transformação em habitação e serviços públicos gratuitos e de qualidade, de acordo com a vontade dos órgãos democráticos dos trabalhadores e

a execução de um plano público de habitação digna sob controlo democrático desses órgãos, em que nenhum agregado familiar fique sem casa independentemente dos seus rendimentos.

Em Seattle, uma poderosa campanha de base, com o apoio do *Socialist Alternative*, CIT nos EUA, conseguiu alocar 100 milhões de dólares para a construção de habitação de rendas acessíveis. Esse dinheiro ia ser inicialmente utilizado para a construção de uma mega esquadra policial, mas a pressão dessa campanha e dos trabalhadores fez o executivo recuar. Não se trata de uma questão de recursos mas sim de como os utilizamos. Os milhões gastos para tornar Lisboa numa cidade (ainda mais) turística poderiam facilmente ser utilizados para a construção, restauração e reabilitação de milhares de fogos, pondo fim à crise da habitação. Mas para os capitalistas pouco importa onde vivem os seus empregados de limpeza, cozinheiros, condutores, operários. Nós respondemos: se não respeitam as nossas vidas, nós também não respeitaremos os vossos lucros e propriedade.

Apenas a organização dos trabalhadores em torno dum programa claro poderá pôr fim à chaga que assome todos os trabalhadores. Nos locais de trabalho, de estudo e habitação, urge falar e desafiar todos aqueles que necessitam de uma habitação digna para a acção política.

NEM CASAS SEM PESSOAS, NEM PESSOAS SEM CASA!

CEM ANOS APÓS A REVOLUÇÃO

QUANDO A CLASSE TRABALHADORA TOMOU O PODER

Bárbara Areal | *Membro da Comissão Executiva da Izquierda Revolucionaria CIT Estado Espanhol*

Em finais de Agosto e princípios de Setembro de 1917, a crise revolucionária na Rússia tinha amadurecido. A derrota do golpe de Agosto, de Kornilov, encheu a vanguarda operária de confiança e redobrou a sua determinação. Por sua vez, a compreensão da ligação entre a economia e a política, entre a decisão do Governo Provisório de manter a guerra, a propriedade privada das fábricas e da terra, e a miséria de que padeciam os trabalhadores nas cidades, o campesinato nas aldeias e os soldados nas trincheiras, abriu caminho na consciência de milhões e expôs em toda a sua magnitude as mentiras e promessas traídas dos Socialistas-Revolucionários¹ e dos Mencheviques², aversos a romper a sua ligação com a burguesia e os latifundiários.

O “pugilismo entre o sistema soviético e a democracia formal”, ou seja, o duplo poder emanado da Revolução de Fevereiro, chegava ao seu último assalto. Instituições e organismos como o Governo Provisório e a Duma, assim como o pré-parlamento — convocado desesperadamente por Kerensky para desviar as massas da acção revolucionária —, perdiam aceleradamente a sua credibilidade perante a maioria do povo. Teatros do charlatan-

“PARA NÓS NÃO PODE TRATAR-SE DA TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA, MAS APENAS DO SEU ANIQUILAMENTO, NÃO PODE TRATAR-SE DE ENCOBRIR POSIÇÕES DE CLASSE MAS DE SUPRIMIR AS CLASSES, NEM DE APERFEIÇOAR A SOCIEDADE EXISTENTE, MAS DE FUNDAR UMA NOVA.”

Karl Marx & Friedrich Engels, *Mensagem da Direcção Central à Liga dos Comunistas*, Março de 1850.

ismo e do engano, todos estes órgãos tinham-se mostrado incapazes de resolver as necessidades de uma população farta de discursos ociosos que os teimosos factos negavam a cada passo: nem terra, nem pão, nem direitos para as nações oprimidas. Aspirações que não tinham espaço dentro do enquadramento do capitalismo russo e que empurravam inexoravelmente em direcção a uma nova revolução.

Todo este avanço na consciência traduziu-se num crescimento da autoridade política dos Bolcheviques, que passaram de ser uma escassa minoria nos soviets a ganhar a maioria nos soviets de Petrogrado e Moscovo — os núcleos urbanos que actuavam como guia político para o resto da Rússia — e de muitas outras cidades. Tal vitória foi gerada de baixo, no coração do proletariado, conquistando em primeiro lugar os soviets das fábricas e dos bairros operários, e demonstrando às massas oprimidas que os Bolcheviques não eram como os restantes partidos: eles sim, faziam o que diziam e, apesar de terem sido reprimidos sem tréguas, nunca abandonaram as massas, inclusivamente nas circunstâncias mais difíceis.

Neste ponto, é preciso voltar a recordar que desde Fevereiro a maioria dos soviets fora dirigida pelos partidos conciliadores e reformistas, pelos Socialistas-Revolucionários e pelos Mencheviques. Estas formações tinham pervertido os organismos de poder operário, colocando-os ao serviço da colaboração de classes. A possibilidade de os soviets se converterem numa alavanca da contra-revolução foi em numerosas ocasiões objecto das advertências de Lenin, que

insistia correctamente em não ter nenhum apego a formas organizativas quando estas deixam de desempenhar a função progressista para a qual nasceram.

Mas as dúvidas de Lenin, que inclusivamente chegou a propor abandonar a palavra de ordem “Todo o poder aos soviets!” e centrar as forças do partido em impulsionar os comités de fábrica como os órgãos da insurreição, foram resolvidas pela própria experiência dos acontecimentos. A derrota da tentativa de golpe de Agosto — o chicote da contra-revolução — insuflou novamente os soviets com o conhecimento revolucionário necessário.

Crise no Comité Central Bolchevique

As conclusões que se podem extrair do Outubro russo são muitas e valiosas, especialmente no concernente ao papel do partido revolucionário. Por isso, uma das mais nefastas falsificações estalinistas é a que oculta a história autêntica do que ocorreu na direcção bolchevique durante aquele ano crucial. Pretender deduzir do triunfo da revolução que o programa, os métodos e as táticas aplicadas durante esses dez meses de 1917 surgiram de forma natural, sossegada e unânime entre os líderes bolcheviques, é não dizer a verdade. Pelo contrário, a frenética sucessão de acontecimentos e debates não deixaram de golpear o partido, provocando constantes crises.

A situação objectiva tinha sofrido em Setembro uma grande transformação. Já não se tratava, como indicara Lenin nas suas Teses de Abril, de explicar pacientemente às mas-

sas a necessidade de lutar pela revolução socialista e torná-las conscientes da sua tarefa histórica. A situação tinha amadurecido rapidamente. Depois da repressão sangrenta das Jornadas de Julho e da tentativa de golpe de Estado de Kornilov em Agosto, o poder deslizou para as mãos de uma clique bonapartista, encarnada por Kerensky, que ameaçava a derrota humilhante e definitiva da revolução.

Destes acontecimentos, nas palavras de Lenin, se concluiu que era completamente impossível o “desenvolvimento pacífico” da revolução. O impasse dos Socialistas-Revolucionários e dos Mencheviques ao se atarem ao carro da reacção burguesa, convertendo-se nos mordomos de Miliukov e dos Cadetes³, tornavam esta perspectiva impossível. Lenin alertou para tal em toda a sua correspondência com o Comité Central Bolchevique: não existiam já caminhos intermédios. Ou uma ditadura bonapartista burguesa, ou os trabalhadores tomavam o poder na Rússia, apoiados no poder dos soviets e na mobilização do campesinato pobre.

Todos os seus escritos de finais de Agosto e princípios de Setembro são percorridos por este eixo: preparar as forças do partido e da vanguarda para a insurreição, uma vez que os acontecimentos confirmavam a cada passo o apoio da maioria da classe trabalhadora e do campesinato pobre. A 12 de Setembro, Lenin publicou um artigo intitulado “Os Bolcheviques devem tomar o poder”; dois dias depois afirmava que

1. O Partido Socialista Revolucionário era a maior organização de esquerda da Rússia, com vastas bases camponesas, ou seja, com uma composição de classe heterogénea — compreendia pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, rendeiros e arrendatários de terra. Note-se que este partido não tem qualquer relação política ou histórica com o Socialismo Revolucionário — secção portuguesa do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores.

2. Os Mencheviques eram uma organização com centenas de milhares de militantes operários mas com uma direcção da pequena-burguesia urbana e, por isso, as suas posições eram oportunistas, reflectindo essencialmente os interesses dessa cúpula.

3. “Cadetes” era o nome dado aos membros do partido dos democratas constitucionais. O seu nome oficial era Partido da Liberdade do Povo e era composto de liberais que pertenciam às classes abastadas.

RUSSA DE OUTUBRO DE 1917



Celebração do segundo aniversário da Revolução Russa, Moscou, 7 de Novembro de 1919. Foto de L.Y. Leonidov.

contavam “com todas as premissas objectivas para uma insurreição triunfante”⁴.

Lenin operava uma viragem decisiva na orientação do partido, e enfrentou uma oposição amarga na direcção bolchevique. Quando estava a chegar o momento para o qual os Bolcheviques tinham levado tanto tempo a preparar-se, para o qual tinham feito tantos esforços e sacrifícios, uma sensação de vertigem paralisante apoderou-se de vários dirigentes. Stalin, por aquela altura chefe de redacção de Pravda, permitiu a publicação a 30 de Agosto de um artigo de Zinoviev contra a proposta de insurreição. As declarações sucederam-se pela boca de líderes destacados: Zinoviev, Kamenev e outros muitos acusaram Lenin de aventureirismo e de blanquismo⁵. Todas estas justificações para atrasar a decisão foram baseadas em “razões” teóricas, na imaturidade das condições para tomar o poder, no atraso da economia russa para sustentar um Estado operário, na dificuldade de consol-

idar o apoio das massas camponesas ou na “força” militar dos inimigos da revolução... Por fim, a Rússia não estava madura para a revolução socialista, e era necessário atravessar uma fase prévia de desenvolvimento capitalista e de democracia burguesa.

Naquelas circunstâncias extremas, Lenin não recuou e actuou em consequência: “Vejo-me obrigado a pedir a minha saída do Comité Central, e assim faço, e a reservar a minha liberdade de agitação entre a base e no congresso do partido”⁶. Assim como quando a direcção bolchevique o deixou em minoria com as suas Teses de Abril, “... Lenin apoiou-se nas camadas inferiores do partido contra as superiores, ou na massa do partido contra o aparelho no seu conjunto.”⁷ Embora não tenha chegado a tornar pública a sua demissão, a luta interna prolongou-se até ao rescaldo da insurreição.

Por fim, no Comité Central, reunido a 10 de Outubro (segundo o calendário russo da época), Lenin conquistou a maioria para organizar e convocar a insurreição armada. Esta reunião, de transcendência histórica, teve algumas par-

ticularidades. Apenas 12 dos 21 membros do CC puderam assistir. De facto, Lenin chegou disfarçado, com óculos e peruca, porque continuava na clandestinidade. Ao concluir o debate, 10 membros votaram a favor da insurreição e 2 contra. Tal não evitou que apenas uma semana antes da tomada do poder se consumar, Kamenev publicasse uma carta afirmando que: “Não apenas Zinoviev e eu, mas uma porção de camaradas, estimamos que seria um acto inadmissível, desastroso para o partido e para a revolução, tomar a iniciativa da

tizava com semelhante táctica”⁹. Estas pressões de classes alheias eram alimentadas pelo carácter conservador que qualquer aparato adquire ao longo dos anos, inclusivamente o partido mais revolucionário.

A tomada do poder

A insistência implacável demonstrada por Lenin durante essas semanas cruciais não era casual. Existia uma urgência real que, se não fosse atendida, acabaria de forma trágica. “A força dum partido proletário só aumenta até de-

“A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO FOI EM TUDO O CONTRÁRIO DE UM GOLPE DE ESTADO, COMO PROCURAM APRESENTÁ-LA OS HISTORIADORES BURGUESES E OS PORTA-VOZES DA ESQUERDA REFORMISTA.”

insurreição armada no momento presente.”⁸

Toda a pressão ideológica exercida pela burguesia e, especialmente, pela pequena burguesia, fazia mocha na cúpula do partido. “Mencheviques e Socialistas-Revolucionários procuravam amarrar os Bolcheviques à legalidade soviética e transformar esta, de forma indolor, em legalidade parlamentar burguesa. E a direita Bolchevique simpá-

terminado momento, a partir do qual pode declinar: face à passividade do partido, as esperanças das massas dão lugar à desilusão, enquanto o inimigo se refaz do pânico, tirando partido dela.”¹⁰

A força de Lenin para superar as vacilações e o medo da derrota de muitos dos seus companheiros apoiava-se sem dúvida na sua profundidade teórica e na sua genialidade táctica,

4. V. I. Lenin, *O Marxismo e a Insurreição*, em *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Edições Avante, pp. 308 a 312.

5. August Blanqui (1805-81): Revolucionário e representante do comunismo utópico francês, advogava a tomada do poder mediante o complô armado de uma minoria.

6. Lenin citado por Leon Trotsky em *História da Revolução Russa*.

7. L. Trotsky, *História da Revolução Russa*.

8. L. Trotsky, *As Lições de Outubro*.

9. *Ibid.*

10. *Ibid.*

mas também, e é importante sublinhar, a sua confiança na capacidade revolucionária das massas desapossadas: “Que se envergonhem os que dizem: ‘Não temos nenhum aparelho para substituir o antigo, que inevitavelmente tende à defesa da burguesia’. Pois esse aparelho existe. São os soviets. Não temeis a iniciativa nem a espontaneidade das massas, confiai nos seus órgãos revolucionários, e vereis manifestar-se em todos os domínios da vida no Estado, essa mesma força, essa mesma grandeza, a invencibilidade dos operários e camponeses que manifestaram a sua união e entusiasmo contra o movimento de Kornilov.”¹¹

Efectivamente, não se tratava apenas da classe trabalhadora; dezenas de milhões de camponeses pobres ferviam de impaciência e passavam à acção, ocupando os latifúndios e expulsando os seus proprietários. Era necessário que os Bolcheviques se ligassem a essa gigantesca massa humana sedenta de terra e liberdade, demonstrando de forma prática que o seu partido tinha o programa do qual precisavam. A tomada do poder pela classe operária seria a forma mais efectiva de o fazer, selando a aliança política entre os oprimidos da cidade e do campo.

No início de Outubro, o governo de Kerensky, numa manobra desesperada, tratou de fazer avançar dois terços da guarnição militar de Petrogrado devido à sua simpatia pelo bolchevismo. Mas as tropas não só permaneceram apenas na cidade como também o conflito que surgiu entre o soviets da capital — em mãos bolcheviques — e o governo permitiu a constituição, a 7 de Outubro, do Comité Militar Revolucionário, órgão que se apressou a nomear comissários políticos em todas as unidades e instituições militares, isto é, um Estado-maior revolucionário ou, como Trotsky o classificou, o “órgão soviético legal da insurreiçao.”¹²

A insurreiçao prevista num primeiro momento para o dia 15 de Outubro (segundo o cal-



Reunião na fábrica Putilov, Petrogrado, c. 1917. Foto de Albert Williams.

endário russo da época) foi adiada dez dias para coincidir com a abertura do II Congresso dos Sovietes. Contudo, é necessário voltar a sublinhar a genuína posição política de Lenin, implacável inimigo do cretinismo parlamentar: “Para nós, o importante é a iniciativa revolucionária, a partir da qual a lei deve ser o resultado. Se esperais que se escreva a lei e cruzeis os braços, sem dis-

O II CONGRESSO DOS SOVIETES APROVOU A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE COMISSÁRIOS DO POVO. ACABAVA DE NASCER O PRIMEIRO ESTADO OPERÁRIO DA HISTÓRIA.

pendar da menor energia revolucionária, não tereis nem lei nem terra”¹³. Trotsky recorda que “ao querer que coincidissem a tomada do poder e o II Congresso dos Sovietes, de forma alguma estávamos a proteger a cândida esperança que esse Congresso pudesse resolver por si próprio aquela questão. (...) Para nos apoderarmos do poder, apressávamos activamente os preparativos no terreno político, organizativo e militar.”¹⁴

Tudo estava preparado, e a 25 de Outubro iniciou-se a insurreiçao sob a direcção de

Leon Trotsky e seus colaboradores do Comité Militar Revolucionário: “... dezenas e dezenas de milhares de operários armados constituíam os quadros da insurreiçao. As reservas eram quase inesgotáveis. Evidentemente, a organização dos guardas vermelhos estava muito longe de ser perfeita. (...) Mas, completada com os operários mais capazes de sacrificar-se, os guardas vermelhos tinham

um desejo ardente de levar esta luta até ao final. E isto é o que decidiu o assunto”¹⁵. A insurreiçao em Petrogrado não teve derramamento de sangue, ao contrário de Moscovo, onde a ingenuidade da direcção revolucionária facilitou a libertação de inúmeros oficiais militares que reorganizaram as suas forças e passaram ao contra-ataque.

A Revolução de Outubro foi em tudo o contrário de um golpe de Estado, como procuram apresentá-la os historiadores burgueses e os porta-vozes da esquerda reformista. Na realidade, o que

decidiu o triunfo de Outubro foi o apoio imensamente maioritário dos trabalhadores e dos camponeses pobres ao apelo dos Bolcheviques. O II Congresso dos Sovietes — celebrado de 25 a 27 de Outubro de 1917, aprovou a dissolução do Governo Provisório, a criação do Conselho de Comissários do Povo, e ratificou os dois famosos decretos, apresentados por Lenin, referentes à entrega da terra ao campesinato e ao fim da participação da Rússia na guerra imperialista.

Acabava de nascer o primeiro Estado operário da História. Como assinalou Rosa Luxemburgo, na prisão: “Os Bolcheviques apressaram-se a formular, como objectivo da sua tomada do poder, o programa revolucionário mais completo e de maior transcendência, isto é, não o estabelecimento da democracia burguesa, mas a ditadura do proletariado a fim de realizar o socialismo (...) Lenin, Trotsky, e seus camaradas, demonstraram que têm todo o valor, a energia, a perspicácia e a integridade revolucionária que se pode pedir de um partido na hora histórica da verdade”¹⁶.

11. Lenin citado por L. Trotsky em *História da Revolução Russa*.

12. *Ibid.*

13. Lenin citado por L. Trotsky em *História da Revolução Russa*.

14. L. Trotsky, *As Lições de Outubro*.

15. L. Trotsky, *História da Revolução Russa*.

16. R. Luxemburgo, *La revolución rusa*, em *Obras Escogidas*, Ed. Ayuso, pp. 119, 123, 125.

PERSEGUIÇÃO E ATAQUES A SINDICALISTAS NA RÚSSIA

Freire Monteiro

Um dos elementos mais importantes da luta de classes é o Sindicalismo, uma ferramenta vital não só na construção de todo o movimento socialista mundial, como a derradeira forma de segurança da classe trabalhadora face às opressões a que está sujeita.

Em países com regimes semi ou totalmente autoritários a luta sindical, embora não seja proibida por lei, é vista como uma ameaça ao sistema contra a qual o aparelho repressivo do Estado não sente pudor em atuar de forma violenta. Ondas de violência contra sindicalistas têm-se repercutido nos países da Antiga União Soviética.

Ali Feruz (também chamado Khudoverdi Nurmatov), nascido no Uzbequistão, mas tendo crescido na Rússia, é cidadão russo. Ali foi estudar para o Uzbequistão e durante a sua estadia fez parte da oposição

ao regime autoritário de Karimov. Este ato de coragem colocou a sua cabeça a prêmio. Ali foi preso, torturado e em seguida pressionado a tornar-se um agente das forças de segurança do país, algo a que se recusou veementemente. De forma a recuperar dos danos psicológicos, Ali procurou fazer a sua reabilitação na Rússia, através do seu trabalho como jornalista no jornal de oposição “Novaya Gazeta”. Foi na Rússia que trabalhou em conjunto com os membros da Alternativa Socialista — secção do CIT na Rússia — na formação de um Sindicato de Jornalistas que teve um importante papel ao expor os ataques à comunidade LGBT na Chechênia e que alcançou notoriedade internacional. Ali trouxe também à luz do dia várias violações dos direitos humanos por parte do seu país natal, tais como o mau tratamento aos soldados recrutados

por alistamento obrigatório e a forma como o exército encobre as mortes dos soldados profissionais. Estes atos aliados à sua aberta homossexualidade voltariam a torná-lo um alvo a abater.

Aprisionamento de Ali

Na noite de 2 de Agosto de 2017, enquanto saía do edifício que alberga a “Novaya Gazeta” no centro de Moscovo. Ali foi parado pela polícia numa suposta averiguação de documentos, em seguida foi detido e levado imediatamente para julgamento em tribunal sob acusação de estar ilegalmente no país!

Membros da Alternativa Socialista, apesar das ameaças fizeram-se valer formando um cordão humano no exterior do tribunal. Uma campanha de solidariedade internacional começou, com organizações de trabalhadores, revolucionários e activistas de todo o mundo a

mostrar o seu apoio a Ali por todos os meios, desde uma campanha de denúncia nas redes sociais, passando por comunicados e publicações, até protestos à porta de várias embaixadas russas.

O juiz acabaria por decidir a deportação de Ali de volta ao Uzbequistão, o que o levou a ter um ataque de pânico em pleno tribunal. No entanto, no dia 9 de Agosto o tribunal decidiu a suspensão, inédita, da deportação. Isto aconteceu graças à campanha de solidariedade internacional, iniciada por forças da esquerda, e especialmente pelo CIT. Ali aguarda agora a revisão do Tribunal dos Direitos Humanos.

Embora a repressão seja gigantesca em países com governos autoritários, a luta sindical não pode ser derrotada pelo Estado se nos mantivermos unidos perante os ataques da classe dominante. A verdade está do nosso lado! Toda a solidariedade com Ali Feruz!

DIREITOS DEMOCRÁTICOS SOB ATAQUE EM HONG KONG

Bruno Penha

A eleição do 6º Conselho Legislativo (LegCo, do Inglês Legislative Council) de Hong Kong, a 4 de Setembro de 2016, foi bastante diferente das anteriores. A luta por uma maior independência administrativa face à China durante 2014, que deu origem à Revolução dos Guarda-Chuvas, ainda estava fresca na memória dos habitantes de Hong Kong, resultando na eleição de vários candidatos de partidos da oposição. Infelizmente esta luta não desenvolveu um carácter socialista e anti-capitalista, tendo sido eleitos, entre outros membros de partidos da oposição ao governo, Sixtus “Baggio” Leung Chung-hang e Yau Wai-ching, do grupo racista e neoliberal Youngspiration, que decidiram usar o termo racista “Shina” em vez de “China” durante a cerimónia de juramento do LegCo a 12 de Outubro.

“CY” Leung Chun-ying, o Chefe do Executivo de Hong Kong, viu nesta situação uma oportunidade de reverter o desastroso

resultado das eleições e reconquistar o apoio que tinha perdido de Beijing por ser incapaz de reprimir a Revolução dos Guarda-Chuvas, acusando-os de violarem o artigo 104 da “Lei Básica” de Hong Kong e adoptando uma postura de “defensor da honra da China”.

A 7 de Novembro o Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo (CNP), o parlamento Chinês, decidiu invalidar o seu juramento, abrindo caminho para que CY Leung atacasse os restantes membros da oposição do LegCo e os direitos democráticos em geral. Começou então uma purga que incluiu os deputados Nathan Law Kwun-chung do partido Demosisto, Lau Siu-lai do Democracy Groundwork, “Long Hair” Leung Kwok-hung, da Liga dos Sociais Democratas (LSD) e ainda Edward Yiu Chung-yim, um pan-democrata independente.

Apesar dos seus esforços em agradar a Beijing CY Leung foi substituído a 1 de Julho deste ano por Carrie Lam, que se tem mostrado ainda mais repressiva que o seu antecessor. A 14 de Julho a Justiça de Hong Kong decidiu expulsar os 4 membros



Long Hair (primeiro à direita) num protesto em Hong Kong, 12 de Setembro 2017. Foto de Socialist Action.

do LegCo, naquele que é o mais sério ataque aos direitos democráticos desde 1997. Em particular, o ataque a “Long Hair”, de longe o mais conhecido dos legisladores expulsos e o único membro de Esquerda no LegCo, foi calculado por Beijing para servir de exemplo aos restantes políticos e activistas.

Mas a repressão de Carrie Lam, o novo peão de Beijing, não se ficou pelos membros do LegCo: a 15 de Agosto 13 jovens activistas, entre eles Raphael Wong Ho-ming, vice-secretário do LSD e Fanning Yim, ex-membro do Socialist Action (CIT em Hong Kong) foram condenados a uma pena de prisão de 13 meses. Apenas 2 dias depois, a 17 de Agosto foi anunciado que alguns dos antigos estudantes que iniciaram a Revolução dos

Guarda-Chuvas como Joshua Wong e Nathan Law, recentemente expulso do LegCo, iriam também a julgamento.

A oposição e os partidos pan-democráticos (liberais burgueses) não têm nenhuma estratégia para combater estes ataques. A lição de 2014 é que o modelo de protestos esporádicos liderados de cima para baixo por pan-democratas não é capaz de defender os direitos democráticos de Hong Kong dos ataques de Beijing. Apenas um movimento de massas baseado em greves de trabalhadores e estudantes, preparadas por comités de base em escolas, universidades e locais de trabalho e capaz de unir a luta pela democracia com a luta pelo socialismo será capaz de parar estes ataques.



O QUE É O SINDICATO DE ESTUDANTES?

Sasha Possoz

Desde as reformas impostas pela declaração de Bolonha em 1999 e com a aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior em 2007, os estudantes e trabalhadores do ensino superior têm perdido cada vez mais controlo sobre o sistema de educação. Os cargos de decisão são ocupados por uma elite, por vezes milionários como Francisco Pinto Balsemão (dono do grupo Impresa) ou António Vieira Monteiro (presidente do banco Santander Totta) que acabam por exercer um poder incontestável sobre os milhares de estudantes e trabalhadores de cada estabelecimento de ensino.

Para além disso as tentativas de passar as universidades para um regime de fundação (ou seja, introduzir investimento privado para o ensino público em troca de privilégios para os investidores) como foi o caso, recentemente, na Universidade de Coimbra, é um grave ataque ao sistema de educação pois constitui um rápido processo de privatização do ensino público. Com o regime de fundação, as empresas privadas ganham o controlo de vários aspetos do funcionamento das universidades, como a investigação ou até os próprios programas de estudos. Sem contar que os investigadores e professores passam a ser contratados por essas mesmas empresas recebendo salários mais baixos, o que implica um ensino de menor qualidade.

O processo global de privatização do ensino só prejudica a qualidade do ensino, pois quem diz investimento privado

diz procura de lucro; a educação transforma-se num vulgar bem de consumo, uma mercadoria destinada a aos que têm mais meios financeiros. Por fim, o acesso ao ensino tem de ser um direito para todos, independentemente dos rendimentos, e este é o papel do sistema público de educação que tem de oferecer uma educação de qualidade e gratuita para todos. Ora, com o aumento drástico do preço das propinas desde a sua implementação em 1992 para cerca de 1000 euros, a acessibilidade deste ensino é muito relativa. Para construir um ensino público de qualidade, para conquistar um acesso verdadeiramente democrático à educação e fazer ouvir a sua voz em cada estabelecimento não bastam as atuais pequenas organizações de estudantes isoladas (especialmente quando conhecemos o caráter reacionário de muitas das suas direções).

Os estudantes portugueses já mostraram por diversas vezes a sua capacidade de mobilização perante ataques como a passagem para regime fundacional da universidade de Coimbra este ano. Este potencial deve ser usado e para isso é necessária uma organização que junte estudantes de vários estabelecimentos não só do ensino superior, mas também do secundário.

O Sindicato de Estudantes (SE, anteriormente União Democrática de Estudantes) pretende ser esta organização. Criado recentemente por estudantes membros do Socialismo Revolucionário o seu objetivo é juntar o máximo de estudantes

sem discriminação à volta da luta pelos direitos democráticos no ensino. O SE tem objetivos claros e métodos definidos para os atingir, funciona segundo uma estrutura baseada em eleições democráticas e cargos revogáveis. O objetivo é implicar cada membro do Sindicato, repartindo o trabalho necessário entre os estudantes e construindo o seu modo de ação na base de votações e discussões entre os membros. Graças à estrutura sólida da organização, cada estudante membro do SE tem o mesmo poder para determinar o rumo coletivo da organização.

O SE não parte do nada, passou por vários meses de construção através da União Democrática de Estudantes e soube tirar lições da experiência de outras organizações estudantis. Mas o exemplo que mais guiou a organização e os métodos do SE é o Sindicato de Estudantes no Estado Espanhol. Criado em 1986 pela

Izquierda Revolucionaria (IR, recentemente tornada secção do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores), esta organização participou em vários movimentos de greve estudantil, trabalhando pela qualidade do ensino público. Conseguiu mobilizar um número considerável de estudantes numa greve contra a implementação de provas de acesso ao ensino superior (como os exames nacionais portugueses). Graças à mobilização de massas a greve venceu e o governo teve de voltar atrás. Com a recente entrada da Izquierda Revolucionaria no Comité por uma Internacional dos Trabalhadores, o Socialismo Revolucionário (e, portanto, os membros do SE) estão ligados aos membros da IR que fizeram parte da sua experiência com o Sindicato de Estudantes. O SE em Portugal pretende seguir o caminho do Sindicato de Estudantes, adaptando-se obviamente ao caso português.

OS OBJETIVOS DO SINDICATO DE ESTUDANTES SÃO:

- O aumento do orçamento de Estado para a educação que garanta um ensino de qualidade;
- A abolição imediata das propinas, para um ensino gratuito e universal, acessível a todos;
- O regresso pleno de todas as universidades ao sector público, porque não aceitamos que a educação seja uma mercadoria;
- A reversão do processo de Bolonha e do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, que são as bases legais dos atuais ataques à democracia;
- A criação de órgãos democráticos de gestão das escolas, universidades e politécnicos, dos alunos e trabalhadores, porque o potencial criador de todos aqueles que fazem as instituições de ensino deve ser colocado livremente ao serviço do desenvolvimento da cultura e da ciência!